



Prefeitura da
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
Vitória de todos



LEI Nº 3.332/2009

EMENTA: Dispõe sobre Estágio de Estudantes nas condições que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO – PERNAMBUCO, faz saber que o PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL decretou e este sanciona a presente Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder oportunidade de estágio a estudantes com matrícula e frequência regular em cursos de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino, conforme o Art. 1º da Lei Federal nº 11.788/2008.

Art. 2º - O poder executivo deverá observar e manter, em conformidade com o Art. 17 da Lei nº 11.788/08, o número máximo de estagiários, de nível médio, previsto na citada norma.

Art. 3º - Para a implementação da presente Lei, poderá o Poder Executivo valer-se, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, dos serviços de agentes de integração, cuja atuação terá como finalidade a execução das atividades previstas no Art. 5º da Lei Federal nº 11.788/2008.

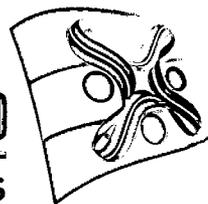
Art. 4º - A duração do estágio, na mesma unidade concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência, conforme o Art. 11º da Lei Federal nº 11.788/2008.

Art. 5º - Durante a vigência do Termo de Compromisso, o estágio estará segurado contra acidentes pessoais, conforme o inciso IV do Art. 9º da Lei Federal nº 11.788/2008.

Art. 6º - A jornada de atividades em estágio a ser cumprida pelo estagiário deverá constar no Termo de Compromisso, ser compatível com as atividades



Prefeitura da
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
Vitória de todos



escolares e não ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular, conforme o Art. 10º e respectivo inciso II da Lei Federal nº 11.788/2008.

Art. 7º - No Termo de Compromisso, deverá constar as seguintes condições:

- a) Dados de identificação das partes, inclusive cargo e função do supervisor do estágio da parte concedente e do orientador da instituição de ensino;
- b) As responsabilidades de cada uma das partes;
- c) Objetivo do estágio;
- d) Definição da área do estágio;
- e) Plano de atividades com vigência; (parágrafo único do Art. 7º da Lei Federal nº 11.788/2008);
- f) A jornada de atividades do estágio;
- g) A definição do intervalo na jornada diária;
- h) Vigência do Termo;
- i) Motivos de Rescisão;
- j) Concessão do recesso dentro do período de vigência;
- k) Valor da bolsa, nos termos do Art. 12 da Lei Federal nº 11.788/2008;
- l) Valor do auxílio-transporte, nos termos do Art. 12 de Lei Federal nº 11.788/2008;
- m) Concessão de benefícios, nos termos do parágrafo 1º do Art. 12 da Lei Federal nº 11.788/2008;
- n) O número da apólice e a companhia de seguros.

Art. 8º - Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estagiário será reduzida pelo menos à metade, conforme o parágrafo 2º do Art. 10 da Lei Federal 11.788/2008.

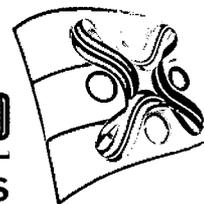
Art. 9º - É assegurado ao estagiário, de acordo com o Art. 13 da Lei nº 11.788/2008, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

Parágrafo 1º - O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra firma de contraprestação.

Parágrafo 2º - Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.



Prefeitura da
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
Vitória de todos



Art. 10º – Fica o Poder Executivo autorizado a conceder e definir os valores das bolsas-auxílio, aos estagiários de que trata a presente Lei, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

Art. 11º – Durante a vigência do Termo de Compromisso, o estagiário ficará sujeito à orientação e às normas internas da unidade na qual estiver prestando estágio, no que tange a organização e desenvolvimento das atividades do estágio.

Art. 12º – A não observância das normas estabelecidas pela Administração e as transgressões disciplinares acarretarão a imediata rescisão de Termo de Compromisso, mediante formalização da decisão.

Art. 13º – A realização do estágio deverá ser interrompida, independentemente do prazo a que alude o Art. 5º dessa Lei, quando:

- I – o estagiário se desligar do estágio por iniciativa própria;
- II – houver desinteresse do órgão no prosseguimento do estágio;
- III – o estagiário demonstrar desinteresse no cumprimento do estágio;
- IV – o estagiário trancar matrícula ou cessar freqüência na instituição de ensino onde estiver matriculado;
- V – o estagiário for convocado para o serviço militar.

Art. 14º – As despesas para execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 15º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de março de 2009.


ELIAS ALVES DE LIRA

Prefeito